

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE AÇÕES EDUCACIONAIS**  
**COORDENAÇÃO-GERAL DE APOIO À MANUTENÇÃO ESCOLAR**  
**COORDENAÇÃO DE MONITORAMENTO E APOIO À GESTÃO DE PROGRAMAS**

## **II RELATÓRIO ANALÍTICO ANUAL**

### **PRODUTO 6.1**

---

**ANÁLISES SOBRE A EXECUÇÃO DO PDDE NA REGIÃO NORDESTE**  
**(URBANO E CAMPO)**

**PRODUTO 6.1.6**  
**ANÁLISE DO GRAU DE COBERTURA ESPACIAL DO PDDE NA REGIÃO NORDESTE E**  
**PERFIL DOS GESTORES**

**João Pessoa/PB,**  
**Novembro de 2022**

## EQUIPE

**Centro Colaborador de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais – CECAMPE Nordeste**

---

**Adriana Valéria Santos Diniz - *Coordenação Geral***

<https://orcid.org/0000-0002-2720-2433>

**Eixo Avaliação:**

---

**PRODUTO 6.1 – Análise sobre a Execução do PDDE na Região Nordeste (Urbano e Campo)**

**SUBPRODUTO 6.1.6 - Análise do Grau de Cobertura Espacial do PDDE na Região Nordeste e Perfil dos Gestores**

---

**Ítalo Fittipaldi – *Coordenador Eixo Avaliação***

<https://orcid.org/0000-0003-2314-4413>

**Cletiane Medeiros Costa – *Pesquisadora***

<https://orcid.org/0000-0002-8615-0979>

**Magna França – *Pesquisadora***

<https://orcid.org/0000-0002-4756-0991>

**Luciélío Marinho da Costa – *Pesquisador***

<https://orcid.org/0000-0002-5872-4349>

**Magnólia Margarida dos Santos Moraes- *Colaboradora***

<https://orcid.org/0000-0002-7404-997X>

DOI: 10.5281/zenodo.7487766

## RESUMO

O presente subproduto tratou de um mapeamento descritivo e analítico da execução do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e do desempenho gerencial das escolas na Região Nordeste. A questão de análise que norteia o subproduto em questão passa pela seguinte reflexão: Os repasses de recursos do PDDE contribuíram (ou não) para a elevação do desempenho gerencial da escola proporcionando uma gestão eficiente e eficaz em face da melhoria do índice de gestão descentralizada do PDDE (IdeGES-PDDE)? Para responder ao questionamento recorreu-se a uma combinação de métodos e ferramentas analíticas (i.e., quantitativa e qualitativa), conhecida como métodos mistos (multimétodos). Em suma, as análises construídas identificaram uma tendência decrescente do IdeGES ao longo do tempo, sugerindo fragilidades da gestão local na condução dessa ferramenta de gestão. Ao passo que as respostas do questionário online e das narrativas dos stakeholders acerca do processo de execução do PDDE nas unidades escolares, foi possível identificar alguns pontos críticos para o bom funcionamento do Programa, a exemplo dos apontamentos sobre não conseguirem utilizar todos os recursos em tempo hábil, dúvidas em relação ao uso dos recursos por categoria (custeio e capital), os processos excessivamente burocráticos e ausência de cursos de capacitação sobre o Programa. Objetivando subsidiar os policy-makers do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o aperfeiçoamento na execução, à guisa de sugestão, apresentamos algumas recomendações gerenciais: i) Monitoramento contínuo da evolução do IdeGES; ii) Revisão dos cursos de capacitação (conteúdo e forma de acesso) e iii) Revisão das ferramentas de gestão (Game PDDE Game, dentre outros).

**Palavras-chave:** Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE); Desempenho Gerencial; IdeGES-PDDE.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Estruturação dos critérios da pesquisa de campo: BA, MA, PB e RN (2022).	10
<b>Figura 2</b> - Estruturação dos perfis dos atores chave da pesquisa de campo: BA, MA, PB e RN (2022).	11

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Valor Médio (em R\$) dos Repasse para Capital e para Custeio por Aluno das Redes Municipais do Nordeste. Período: 2020.	13
<b>Gráfico 2</b> - Valor Médio de Repasse (em R\$) para Capital e Custeio por Aluno das Redes Municipais do Nordeste por Localização Espacial (Campo e Urbana). Período: 2020.	14
<b>Gráfico 3</b> - Efeito Estimado do Valor Repassado para Capital sobre o Analfabetismo entre 11 e 14 Anos nas Áreas Urbanas da Região Nordeste.	16
<b>Gráfico 4</b> - Efeito Estimado do Valor Repassado para Capital sobre o Analfabetismo entre 11 e 14 Anos nas Áreas Rurais da região Nordeste.	16
<b>Gráfico 5</b> - Efeito Estimado do Valor Repassado para Custeio sobre o Analfabetismo entre 11 e 14 Anos nas Áreas Urbanas e Rurais da Região Nordeste.	17
<b>Gráfico 6</b> - Conhecimento sobre a exclusão da escola no PDDE.	19
<b>Gráfico 7</b> - Se houve alguma situação de exclusão da escola ao Programa, marque qual(is) ações integradas (planos e projetos) do PDDE ocasionaram essa exclusão.	19
<b>Gráfico 8</b> - Conhecimento sobre os documentos de prevenção para evitar possível exclusão da escola no PDDE.	21

## LISTA DE QUADROS

**Quadro 1** - Distribuição de Recursos do PDDE

12

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>2. DESCRIÇÃO DO SUBPRODUTO.....</b>	<b>8</b>
<b>3. METODOLOGIA .....</b>	<b>8</b>
<b>4. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....</b>	<b>11</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>23</b>
<b>6. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>24</b>

## **PRODUTO 6.1.6: ANÁLISE DO GRAU DE COBERTURA ESPACIAL DO PDDE NA REGIÃO NORDESTE E PERFIL DOS GESTORES.**

### **1. INTRODUÇÃO**

O acompanhamento do grau de cobertura em programas governamentais é condição necessária para o bom desempenho de qualquer política pública. Nesse sentido, o PDDE determina linhas sistemáticas de avaliação, de registro, divulgação, de maneira que se fortaleça e se amplie o alcance do Programa, na direção da autonomia administrativa, financeira e pedagógica das escolas públicas de educação básica (MEDEIROS, *et al*, 2016; PERONI E ADRIÃO, 2007). Este processo gerencial pressupõe um mapeamento da cobertura do Programa, em termos espaciais, operacionais e legal.

Baseado nessa perspectiva, o subproduto em tela buscou problematizar as seguintes questões: *Quais são os níveis de cobertura do PDDE no que diz respeito a distribuição dos recursos? Quais são as possíveis causas associadas as taxas de exclusão de Escolas ao Programa?* Para responder tais questionamentos, recorreu-se a triangulação metodológica (abordagem quantitativa e qualitativa) buscando compreender o padrão de cobertura espacial do PPDE na região Nordeste.

No questionário objetivo os indicadores de avaliação, com informações dos respondentes, estão direcionados para o quantitativo dos mesmos que conhecem a questão sobre a exclusão da escola do PDDE, bem como quais seriam as ações agregadas que ocasionaram essa exclusão. Para os propósitos da avaliação qualitativa, nas entrevistas tem-se questões no instrumento abrangendo os seguintes indicadores: a) possíveis causas que ocasionaram fragilidades no gerenciamento dos recursos e prestações de contas em escolas; b) quais são as ações agregadas que apresentaram fragilidades de execução ações x gerenciamento de recursos; e c) conhecer relatos de experiência de exclusão ao Programa.

Nota-se distintos desafios associados ao processo de operacionalização do Programa nas escolas, desde dificuldades e burocracia na execução e prestações de

contas, considerando, ainda, o acúmulo de tarefas executadas pelos diretores escolares, à construção real de uma gestão democrática e inclusiva. Portanto, a compreensão sobre as possíveis causas atinentes à exclusão no Programa, perpassa diferentes aspectos não quantificáveis diretamente, que podem possibilitar subsídios importantes para o aperfeiçoamento na condução da *police*.

## 2. DESCRIÇÃO DO SUBPRODUTO

O presente subproduto consistiu de uma análise da composição e distribuição espacial do PDDE, em termos de recursos e taxa de exclusão de UEx na região e as possíveis causas de sua trajetória no tempo. Acredita-se que as análises geradas possam subsidiar a redefinição de ações do Ministério da Educação (MEC/ FNDE) para a melhoria do desempenho da implementação do PDDE.

## 3. METODOLOGIA

Para responder ao questionamento que norteou a análise de cobertura espacial do PDDE na região Nordeste recorreu-se a uma combinação de métodos e ferramentas analíticas (*i.e.*, quantitativa e qualitativa). Essa estratégia de pesquisa enquadra-se no que ficou conhecido na literatura empírica como *métodos mistos* (multimétodos), em linha com o estabelecido por Creswell e Plano Clark (2011).

Inicialmente, foi realizado uma análise exploratória dos dados para a identificação de padrões de cobertura do Programa e possíveis mudanças no tempo. Por seu turno, em complementaridade aos achados empíricos quantitativos, recorreu-se à utilização de método e técnica qualitativas. Foram realizadas 989 entrevistas, em questionário fechado via *Google Forms*, com os *stakeholders* da política pública sobre a dinâmica operacional de gerenciamento dos recursos financeiros do Programa<sup>1</sup>. Procedeu-se a aplicação do

---

<sup>1</sup> Para maiores detalhes sobre a pesquisa de opinião, conferir a nota técnica 01 em anexo a este documento, que contém o descritivo dos respondentes e o instrumento de pesquisa (questionário objetivo).

teste do alfa de Cronbach nas trinta e duas perguntas do questionário e a escala obtida nesse indicador para todo o instrumento foi 0,92 - em uma escala que vai de zero a 1 -, significando um elevado grau de confiabilidade do instrumento aplicado.

Ademais, também foram realizadas entrevistas presenciais semiestruturadas<sup>2</sup> em unidades escolares selecionadas aleatoriamente nos estados de Bahia, Maranhão, Paraíba e Rio Grande do Norte, e classificadas entre IdeGES Alto e Médio/Baixo, com a finalidade de aprofundar o entendimento das causas para os diferentes níveis de *performance* na gestão dos recursos descentralizados<sup>3</sup>.

É importante enfatizar a amplitude de percepções dos *stakeholder* que, tanto a pesquisa de opinião quanto a entrevista semiestruturada, possibilitaram evidenciar. A pesquisa de opinião, teve um total de 989 respondentes, sendo 31 (3,13%) em PE, 41 (4,15%) no CE, 51 (5,16%) no PI, 110 (11,12%) em AL, 111 (11,22%) no MA, 119 (12,03%) na BA, 123 (12,44%) em Sergipe, 183 (18,50%) no RN e 220 (22,24%) na PB, respectivamente. Foi observado que a pesquisa de opinião conseguiu atingir, em média, 20,00% do total de municípios em cada estado nordestino. Esse dado é importante, pois indica uma amplitude das distintas percepções dos atores escolares respondentes, ou seja, a variabilidade dos contextos locais importa para o refinamento na compreensão da condução do Programa.

A maioria dos respondentes são de escolas urbanas (62,29%), da rede municipal de ensino de ensino (82,41%), do gênero feminino (76,34%), com idade acima dos 40 anos (69,97%), com nível de instrução concentrada em Especialização (60,00%), sendo representantes da Gestão escolar (57,30%) e com experiência na atuação do conselho escolar (UEx) acima de dois anos (50,00%).

Por sua vez, para as entrevistas semiestruturadas, as escolas foram selecionadas por UF<sup>4</sup> a partir de alguns critérios, a saber: a) Escolas com diferentes Índices de Desempenho

---

2 Foi utilizado para construção da análise qualitativa das entrevistas, o software NVivo adquirido com recursos da pesquisa. Este programa foi fundamental para a sistematização e análise das informações qualitativas.

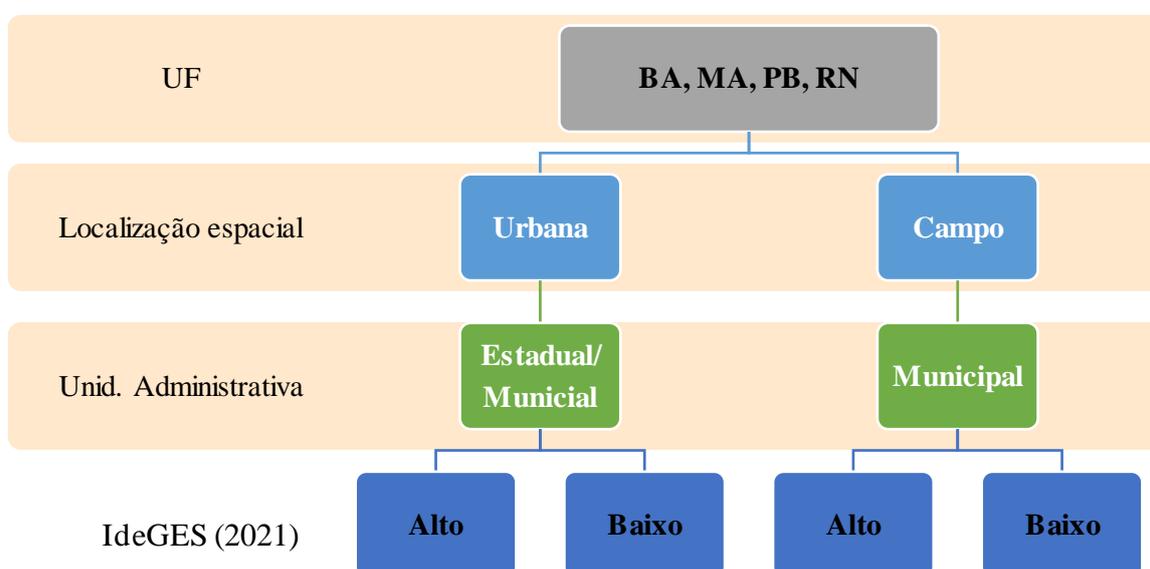
3 Para maiores detalhes sobre a entrevista semiestruturada, conferir Nota Técnica 02 em anexo a este documento, que contém o descritivo dos entrevistados e o instrumento de pesquisa (entrevista semiestruturada).

4 A princípio, foram selecionadas escolas dos estados da PB e RN, após o término da primeira fase da pesquisa de campo, a seleção foi ampliada para mais três estados da região, foram eles: Bahia e Maranhão. As entrevistas ocorreram em meados de 2022 (1º fase) e no segundo semestre de 2022 (2º fase).

da Gestão Descentralizada-IdeGES (altos e baixos)<sup>5</sup>; b) Escolas com distintas unidades administrativas (municipal e estadual); c) Escolas situadas no campo, cuja amostra compreende a duas por Estado, sendo uma (1) com baixo IdeGES e uma (1) com alto IdeGES; e) classificação do PDDE nas escolas e das ações agregadas.

As figuras que seguem evidenciam resumidamente os critérios da seleção das escolas selecionadas para a pesquisa de campo, bem como o perfil dos atores chave<sup>6</sup> considerados nas entrevistas realizadas.

**Figura 1** - Estruturação dos critérios da pesquisa de campo: BA, MA, PB e RN (2022).

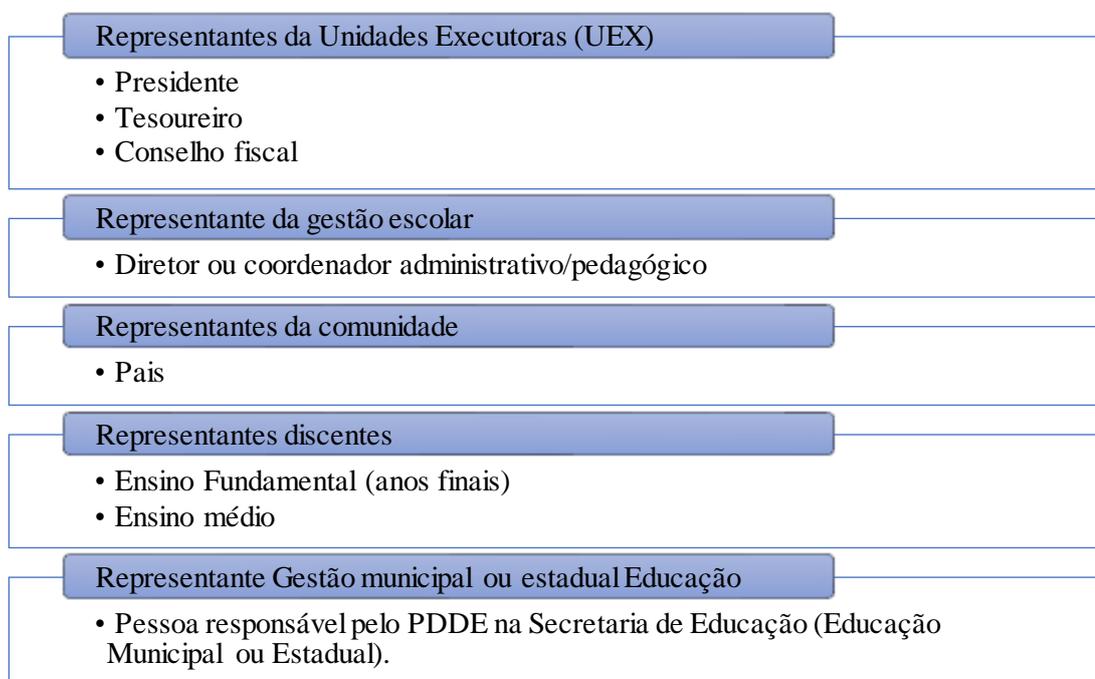


**Fonte:** Elaboração própria.

<sup>5</sup> Muito Baixo IdeGES (0, a 4,0) e Baixo IdeGES (4,1 a 6,0) e Alto IdeGES (8,1 a 9,0) e Muito Alto IdeGES (9,1 a 10,0).

<sup>6</sup> Ao longo deste relatório analítico, serão salientados diversos relatos de atores-chave obtidos através das entrevistas realizadas nos estados selecionados.

**Figura 2** - Estruturação dos perfis dos atores chave da pesquisa de campo: BA, MA, PB e RN (2022).



**Fonte:** Elaboração própria.

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

### *A Distribuição Espacial dos Recursos do Programa*

Cotejando os dados da participação relativa das redes públicas municipais de cada estado da região com o percentual de repasses do PDDE às unidades gestoras pertencentes à essas redes verificou-se uma distribuição homogênea dos recursos do programa na região Nordeste. Os valores repassados estão relacionados proporcionalmente com o tamanho das redes municipais públicas de cada estado, não havendo assim distorções alocativas na dimensão espacial da política pública em tela (*cf.* Quadro 1).

Duas pequenas desigualdades foram observadas nos estados de Pernambuco e Piauí. No primeiro, os valores repassados ficaram 2,17% acima da participação relativa das redes públicas municipais do estado no conjunto das redes municipais públicas da

região como um todo. Diferentemente, no caso do Piauí, as redes públicas municipais dessa territorialidade receberam recursos de -1,41% em comparação à participação relativa de suas redes no total das redes públicas municipais no Nordeste, conforme pode ser observado na primeira coluna da direita do Quadro 1. Em todos os demais estados a diferença entre o peso relativo das redes públicas municipais e sua participação no total de recursos repassados do PDDE na região ficam abaixo de 1% em módulo.

Essa equidade no acesso a serviços de melhoria estrutural e/ou pedagógicas das escolas sugere a boa adequação do Programa às demandas advindas da região e uma cobertura espacial dos recursos compatível com a distribuição territorial das unidades gestoras pertencentes às redes públicas municipais.

**Quadro 1 - Distribuição de Recursos do PDDE**

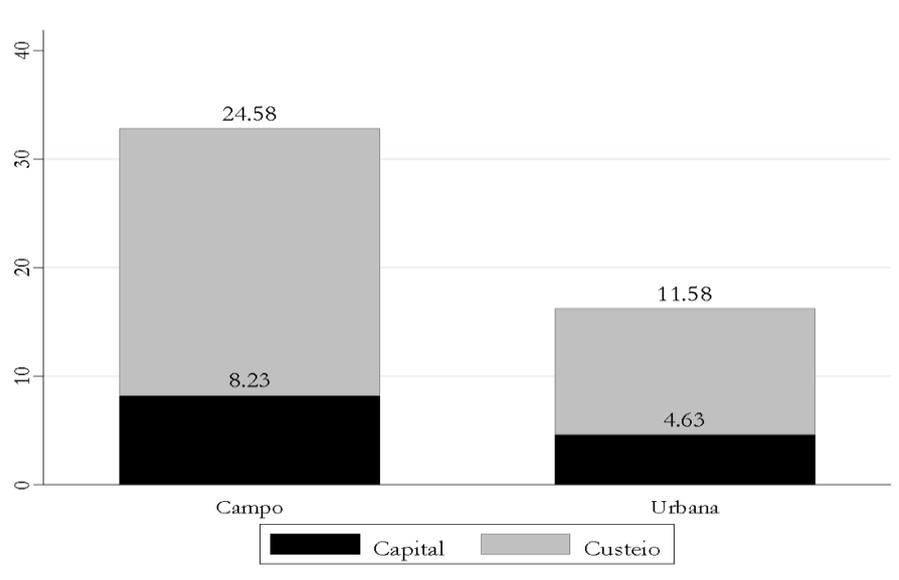
<b>Território</b>	<b>Quantidade de Unidades Gestoras</b>	<b>% (A)</b>	<b>Recursos Repassados (em R\$)</b>	<b>% (B)</b>	<b>Diferença de % (B-A)</b>
Alagoas	2.280	5,26	10.900.000,00	5,53	0,27
Bahia	12.045	27,79	55.100.000,00	27,95	0,16
Ceará	7.096	16,37	32.600.000,00	16,54	0,17
Maranhão	7.149	16,49	32.400.000,00	16,43	-0,06
Paraíba	2.995	6,91	12.500.000,00	6,34	-0,57
Pernambuco	4.733	10,92	25.800.000,00	13,09	2,17
Piauí	3.512	8,10	13.200.000,00	6,70	-1,41
Rio Grande do Norte	2.108	4,86	8.254.220,00	4,19	-0,68
Sergipe	1.431	3,30	6.400.130,00	3,25	-0,05
<b>Total</b>	<b>43.349</b>	<b>100,00</b>	<b>197.154.350,00</b>	<b>100,00</b>	<b>-</b>

**Fonte:** Elaborado a partir dos dados brutos do Ministério da Educação / FNDE.

Por seu turno, os dados concernentes à natureza dos recursos repassados – repasses para capital ou para custeio – e sua alocação entre unidades gestoras localizadas

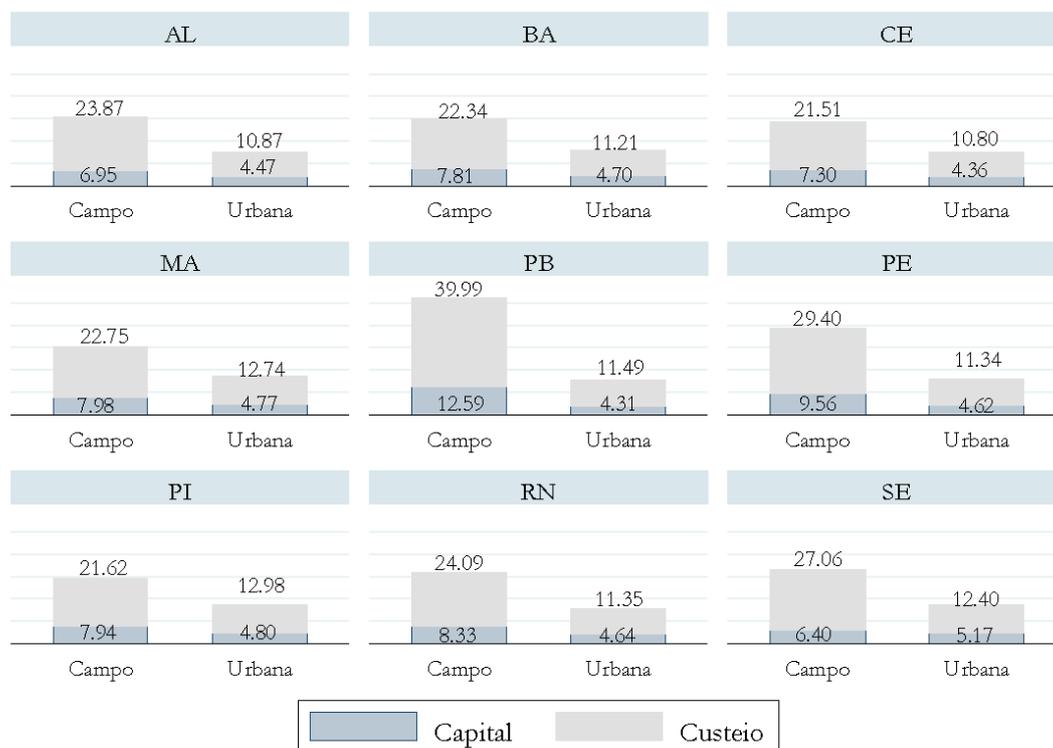
em áreas urbanas e as situadas em espaços rurais, quando analisadas em termos *per capita* (por aluno matriculado nas respectivas redes públicas municipais) para o Nordeste como um todo, revelaram o predomínio da destinação para manutenção da estrutura física das unidades. Enquanto, em média, as unidades gestoras rurais utilizam R\$ 24,58 por aluno no custeio de seu funcionamento, as unidades das áreas urbanas destinam R\$ 11,58 para a mesma finalidade. Destaca-se que a alocação dos repasses do PDDE para custeio pelas unidades gestoras das redes públicas municipais do Campo, em termos médios *per capita*, no ano de 2020 foi mais que o dobro dos valores utilizados nessas rubricas pelas unidades das áreas urbanas (*cf.* Gráfico 1). A complexidade da estrutura físicas das unidades gestoras no campo e o menor quantitativo de alunos a elas vinculados é o que parece explicar uma alocação do gasto em custeio por aluno 112,3% superior ao registrado pelas unidades das áreas urbanas.

**Gráfico 1** - Valor Médio (em R\$) dos Repasse para Capital e para Custeio por Aluno das Redes Municipais do Nordeste. Período: 2020.



**Fonte:** Elaborado a partir dos dados brutos do Ministério da Educação / FNDE.

**Gráfico 2 - Valor Médio de Repasse (em R\$) para Capital e Custeio por Aluno das Redes Municipais do Nordeste por Localização Espacial (Campo e Urbana). Período: 2020.**



**Fonte:** Elaborado pelo autor a partir dos dados brutos do Ministério da Educação / FNDE.

Desagregando a análise da natureza alocativa dos recursos do Programa pela territorialidade administrativa na região em áreas rurais (campo) e urbanas da distribuição espacial das unidades gestoras das redes públicas municipais, o padrão de prevalência dos repasses para custeio é mantido. A partir do Gráfico 2, observou-se que as unidades gestoras localizadas no campo dos estados da Paraíba e de Pernambuco foram as que, em média, mais utilizaram recursos, por aluno, tanto na rubrica de custeio quanto na de capital. A utilização de uma estratégia de destinação de recursos para manutenção e planejamento estrutural (capital) por parte dessas unidades gestoras pode representar um instrumento – mesmo que de maneira indireta – de redução das desigualdades educacionais entre campo e cidade na região Nordeste. Uma cobertura espacial que

contemple as assimetrias entre urbano e campo no plano da educação básica é fundamental na região *e.g.* representa uma configuração de política pública com potencial de promover a mitigação de desigualdades territoriais para além da dimensão da renda do trabalho.

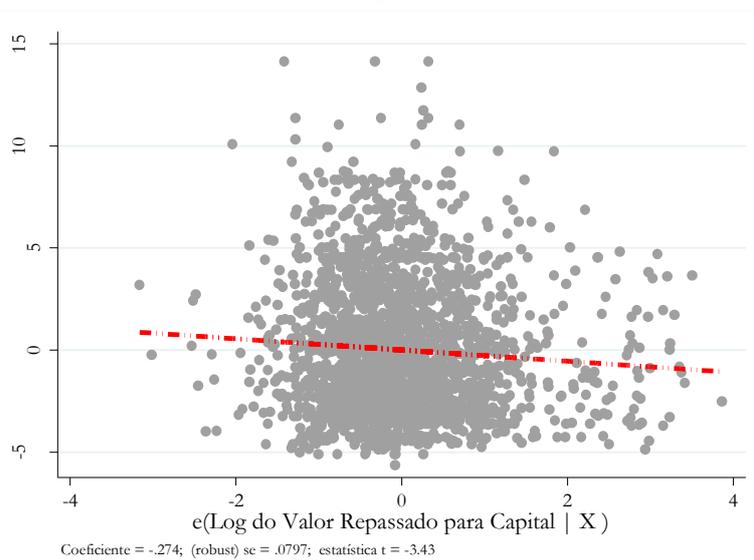
#### *A Alocação dos Recursos, Espacialidade e seus possíveis Efeitos*

O forte predomínio dos valores de custeio nos repasses do PDDE às unidades gestoras, tanto nas localizadas do campo quanto nas cidades, pode apontar para uma falta de planejamento de ações na esfera estrutura e/ou pedagógica para melhoria do serviço ofertado. A partir de uma análise preliminar acerca de possíveis efeitos na alocação de recursos do Programa sobre os níveis de escolaridades nos respectivos estados da região, observou-se que, em média e *ceteris paribus*, os valores repassados para a despesa de capital para unidades gestoras localizadas em área urbana contribuem para reduzir a taxa de analfabetismo na faixa etária entre 11 e 14 anos. Um aumento de 10% no valor repassado desse dispêndio reduz em 2 pontos percentuais a taxa de analfabetismo nessa faixa etária (*cf.* Gráfico 3).

Por outro lado, o mesmo efeito não foi observado quando a análise relaciona a alocação de repasses para capital às unidades gestoras das unidades escolares do campo da região Nordeste. Neste caso, não foi encontrada uma relação estatisticamente significativa para a associação entre valor repassado de capital e redução do analfabetismo entre 11 e 14 anos, como pode ser observado no Gráfico 4, onde a linha pontilhada preta está pouco inclinada em relação ao eixo horizontal.

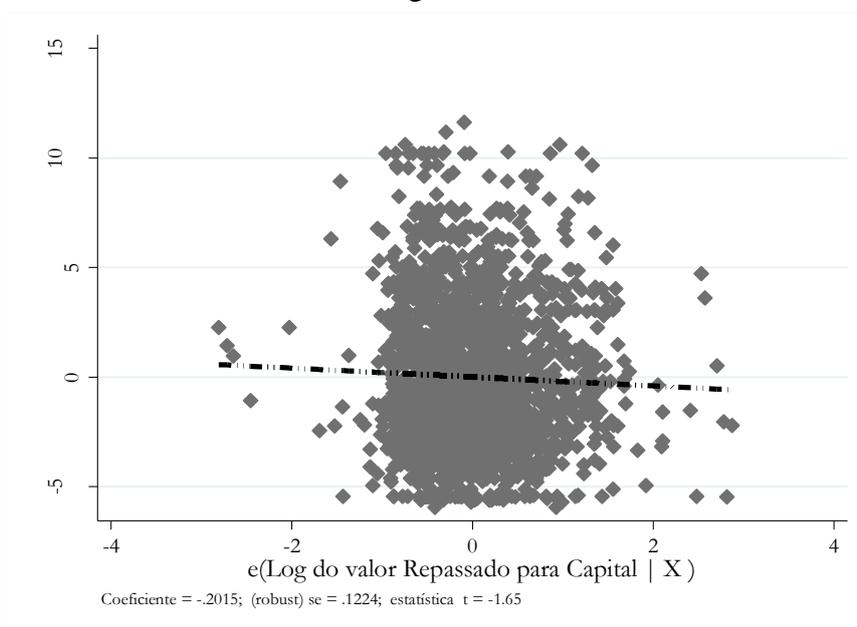
Importante destacar que se trata de uma análise preliminar utilizando modelos de estimação pelo método dos mínimos quadrados, com erro padrão robusto, com 2.124 observações para as unidades gestoras localizadas em áreas urbanas e 1.933 observações com unidades gestoras situadas no campo da região Nordeste, e seus possíveis efeitos sobre a taxa de analfabetismo observado nos Estados.

**Gráfico 3** - Efeito Estimado do Valor Repassado para Capital sobre o Analfabetismo entre 11 e 14 Anos nas Áreas Urbanas da Região Nordeste.



**Fonte:** Elaborado a partir dos dados brutos do Ministério da Educação / FNDE.

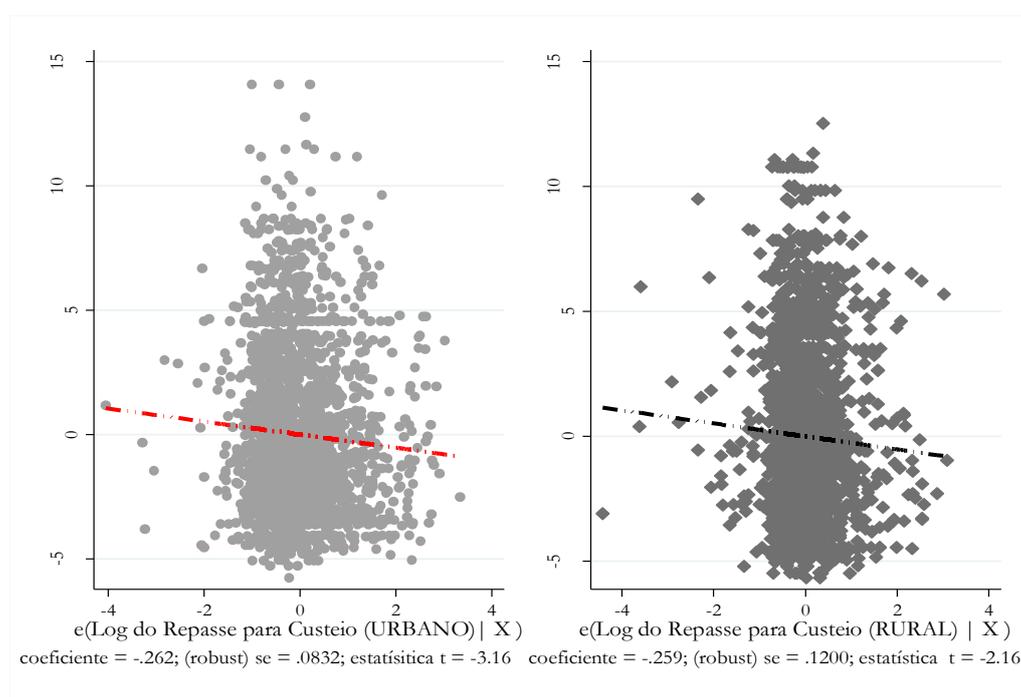
**Gráfico 4** - Efeito Estimado do Valor Repassado para Capital sobre o Analfabetismo entre 11 e 14 Anos nas Áreas Rurais da região Nordeste.



**Fonte:** Elaborado a partir dos dados brutos do Ministério da Educação / FNDE.

Por sua vez, os repasses de custeio do PDDE tanto para unidades gestoras de áreas urbanas quanto nas do campo contribuem para a redução da taxa de analfabetismo municipal entre a faixa etária de 11 a 14 anos em seus respectivos estados. Os coeficientes das estimações exibem efeitos de magnitude distintos, mas ambos contribuindo para a redução do analfabetismo, mostrando-se estatisticamente significantes. Por exemplo, para incrementos de 10% no valor do repasse para custeio destinados às unidades gestoras localizadas em zonas urbanas observou-se, em média e *ceteris paribus*, uma redução de 2,62 pontos percentuais na taxa de analfabetismo na faixa etária analisada nos respectivos estados. Enquanto o efeito estimado dos valores repassados para custeio em unidades escolares no campo sobre a taxa de analfabetismo entre 11 e 14 anos, considerando o mesmo montante de incremento do exemplo anterior, a queda é de 2,59 pontos percentuais (*cf.* Gráfico 5).

**Gráfico 5** - Efeito Estimado do Valor Repassado para Custeio sobre o Analfabetismo entre 11 e 14 Anos nas Áreas Urbanas e Rurais da Região Nordeste.



**Fonte:** Elaborado a partir dos dados brutos do Ministério da Educação / FNDE.

Destaca-se aqui a importância de uma política pública voltada para a autonomia financeira das unidades escolares e o possível efeito da alocação desses recursos para o combate ao analfabetismo entre crianças e jovens. Embora não seja o objetivo direto do PDDE os repasses financeiros para educação veem se mostrando um importante vetor de contribuição para a cidadania em uma região marcada pelas desigualdades extremas.

#### *Cobertura das taxas de Exclusão da escola no Programa*

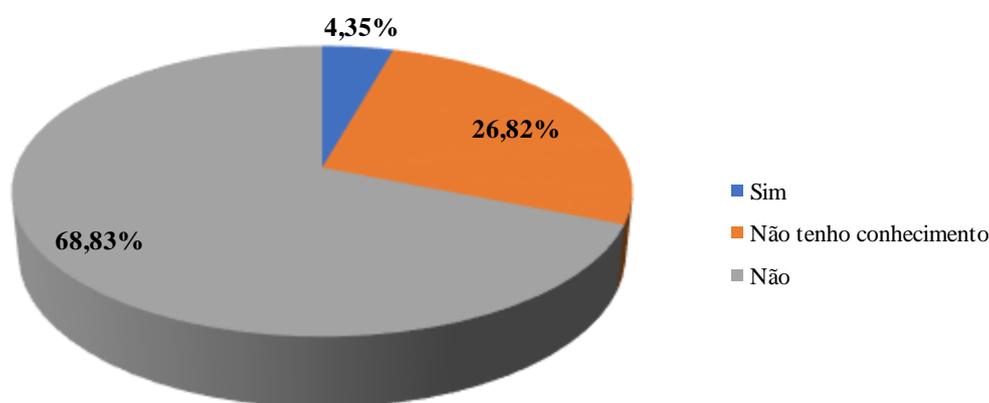
O êxito do Programa está na implementação da Caixa Escolar (Unidade Executora) com o movimento da aplicação dos recursos. Mesmo enfrentando dificuldades de entendimento sobre seus procedimentos, o processo apresenta vantagens com a aplicação dos recursos na própria escola, dentre muitas, cita-se: a contratação de serviços em tempo hábil, e preço negociável, a prioridades dos gastos definidas pelas equipes, a compra e pagamento com agilidade, enfim, o atendimento às necessidades mais premente no local. Os recursos suprem as emergências e necessidades do cotidiano escolar, sem necessidade de recorrer a outras instancias. Porém, os entrevistados argumentam que os recursos recebidos só atendem às necessidades imediatas, ficando várias prioridades a serem realizadas com outros recursos. Esse processo não chega a ser um fortalecimento da gestão como o programa propõe, mas possibilita a agilidade na solução de problemas pela direção da escola.

O gráfico 6 representa que os respondentes do questionário objetivo conhecem que a sua escola não foi excluída do PDDE, no sentido de que as prestações de contas estão em dia. A resposta “Não” correspondente a 68,83%. Contudo, precisa-se tornar a divulgação mais intensa, pois 26,82% desconhecem a situação do PDDE e a UEx de sua escola. Notou-se, também, que, embora a maioria saiba que sua escola não foi excluída, quando houve experiência de exclusão, 10,40% sinalizaram que este fato foi decorrente de problemas em mais de uma ação integrada (Cf. Gráfico 7). Esta informação é importante, uma vez que cada ação integrada tem um *modus operandi* em relação aos objetivos, regras, prazos e outros procedimentos, o que pode ser um desafio adicional à gestão do Programa. Ressalta-se, assim, que em âmbito da escola, deve-se montar uma

estrutura para a execução e o monitoramento dos planos, envolvendo todos os segmentos com planejamento específico, para cada ação agregada ao PDDE.

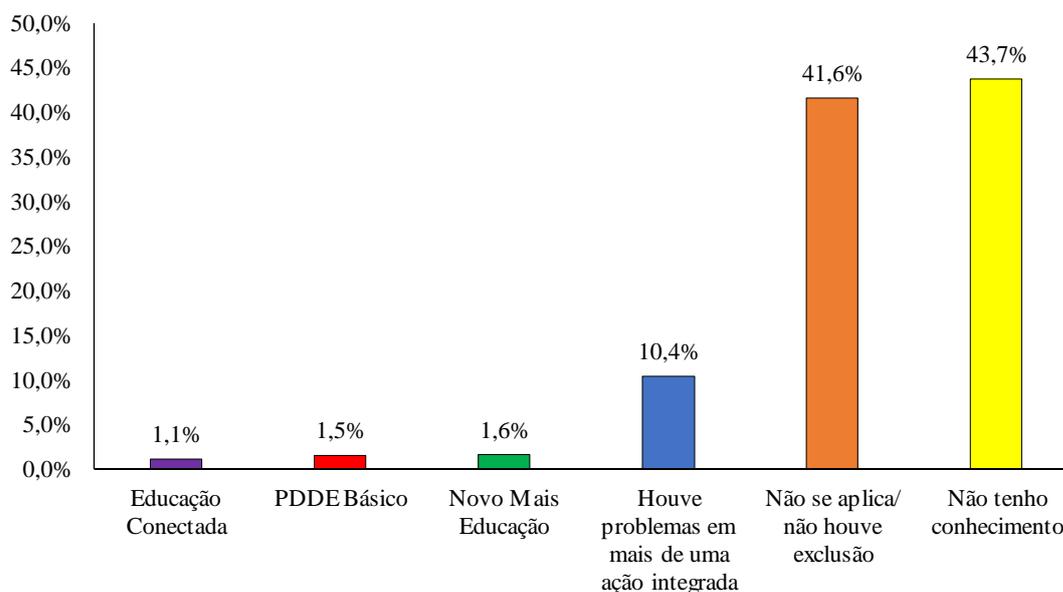
Ademais, o alto índice do “Não conhecimento” (43,7%) nos induz a reforçar a necessidade de difusão do conhecimento e divulgação dos resultados das ações do planejamento escolar, para que a comunidade escolar tenha consciência do *status* da sua escola em relação ao PDDE (Cf. Gráfico 7).

**Gráfico 6** - Conhecimento sobre a exclusão da escola no PDDE.



**Fonte:** Elaboração própria a partir da Pesquisa de Opinião “Questionário Objetivo – CECAMPE/NE (2022)”, constante no *google forms*. Disponível em: <https://forms.gle/T5BCGnKbpdtsBfD97>

**Gráfico 7** - Se houve alguma situação de exclusão da escola ao Programa, marque qual(is) ações integradas (planos e projetos) do PDDE ocasionaram essa exclusão.



**Fonte:** Elaboração própria a partir da Pesquisa de Opinião “Questionário Objetivo – CECAMPE/NE (2022)”, constante no *google forms*. Disponível em: <https://forms.gle/T5BCGnKbpdSBfD97>

Analisando o gráfico 8 e reportando à questão; conhecimento legal e documentação técnica, bem como a assistência dos órgãos responsáveis pela implementação do PDDE/Ações integradas, observa-se que a maioria dos respondentes tem conhecimento disponível para evitar possíveis problemas que resultem em exclusão da escola no programa, correspondendo em média, a 60,00%. Contudo, quando se desagrega a questão, observou-se que 71,40% tem conhecimento sobre quais itens não é possível utilizar os recursos do PDDE, porém, apenas 48,60% tem conhecimento sobre o principal documento orientador de prevenção de falhas, a saber: Manual de Orientações para Prevenção de Falhas na Gestão do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)<sup>7</sup>.

É importante enfatizar que este manual se encontra disponível desde o início de 2019, no formato de dois volumes. O volume 1 é dirigido às Unidades Executoras Próprias-UEX (associações de pais e mestres, conselhos escolares, etc.) e o volume 2 é voltado para as Entidades Executoras-EEX (estados e municípios). Tratou-se de uma

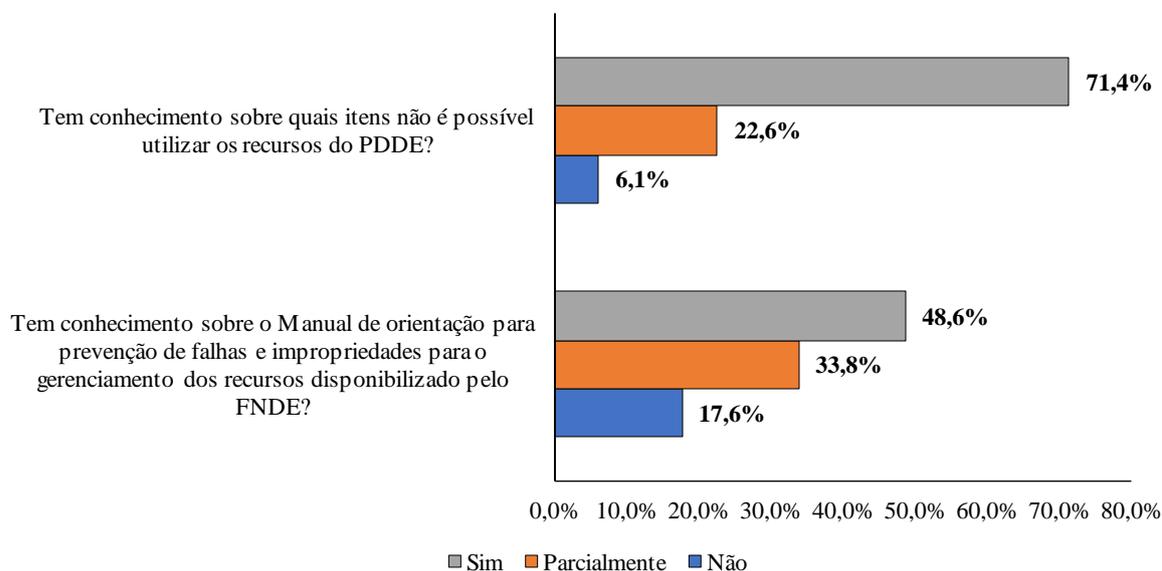
<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/area-de-imprensa/noticias/item/12665-fnde-lan%C3%A7a-manual-para-prevenir-falhas-na-gest%C3%A3o-do-pdde>.

compilação realizada pela área de monitoramento do PDDE, que analisou as principais constatações elencadas por ações de fiscalização e auditoria da Controladoria-Geral da União (CGU) e da Auditoria Interna do FNDE nos últimos anos. O objetivo foi contribuir para que as entidades gestoras do programa atuem cada vez mais em conformidade com as normas e regulamentos aplicáveis, prevenindo ocorrências de falhas e impropriedades na gestão dos recursos<sup>8</sup>. Contudo, embora, seja um importante documento orientador, notou-se que a maioria conhece parcialmente ou desconhece totalmente essa iniciativa. (Cf. Gráfico 8)

---

<sup>8</sup> A Resolução CD/FNDE nº 15/2021 trata desse assunto no Art. 18, no qual está definido que os recursos devem “[...] automaticamente, ser aplicados no fundo BB Renda Fixa Curto Prazo podendo, a critério do gestor, transferir para outro fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto com lastro em títulos da dívida pública, de maneira a assegurar liquidez diária dos rendimentos. Para dirimir outras dúvidas, consultar o Comunicado PDDE n. 074/2022/COMAG/CGDME/DIRAE/FNDE, de outubro do mesmo ano, “Guia de Relacionamento do Banco do Brasil traz orientação quanto à execução financeira dos recursos do PDDE”, disponível em: [www.fn.de.gov.br](http://www.fn.de.gov.br).

**Gráfico 8** - Conhecimento sobre os documentos de prevenção para evitar possível exclusão da escola no PDDE.



**Fonte:** Elaboração própria a partir da Pesquisa de Opinião “Questionário Objetivo – CECAMPE/NE (2022)”, constante no *google.forms*. Disponível em: <https://forms.gle/T5BCGnKbpdSBfD97>

De acordo com as narrativas, é possível notar que as pessoas compreendem a necessidade dos procedimentos na prestação de contas, porém, ressaltam a importância de buscar formas de diminuir alguns fatores complicadores que podem resultar em inadimplência, a exemplos dos processos burocráticos demasiados e dificuldades relacionadas aos documentos necessários às compras/contratações de serviços (*Cf. relatos abaixo*)

  
relato

*“Mesmo sendo muito burocrática essa questão da prestação de contas ao FNDE e a gente entende que tem que ser para que não haja erros de gastos de forma errada para que depois a gente venha sofrer com processos administrativos, então é necessário que tenha toda essa questão rigorosa, mas ainda falta a quem organize essas questões da forma de gastar, pois temos muitas dificuldades de encontrar empresas para executar determinadas ações, pois não tem empresas que tenham todas as documentações necessárias, as certidões por exemplo, conseguir 3 empresas que façam o mesmo serviço, que direcionem as questões das planilhas de pesquisas de preço... A secretaria não tem uma política de empresas que a gente deveria evitá-las por problemas com outras escolas, então a gente fica com muito medo de entrar no caminho de gente nova no mercado e aquela empresa vá nos passar um “calote”, ou algo do tipo.”*

**Tesoureiro(a) UEx (Santa Rita/PB)**

  
relato

*“O processo e manuseio dos recursos, que envolvem uma certa burocracia, que tem que ser renovada a cada nova gestão, traz dificuldades. Aqui na escola eu não tenho ciência de ter causado a exclusão do PDDE, aqui a escola desde que eu entrei, eu já passei por 3 diretoras, todos sempre utilizaram os recursos de forma muito boa, apesar de todas as questões burocráticas.”*

**Conselho Fiscal UEx (Natal/RN)**

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os recursos do PDDE destinam-se à cobertura de despesas de custeio, manutenção e pequenos investimentos que concorram para a garantia do funcionamento e melhoria da infraestrutura física e pedagógica dos estabelecimentos de ensino beneficiários. Assim, os recursos do PDDE/Ações Integradas não podem ser aplicados em: implementação de outras ações que estejam sendo objeto de financiamento por outros programas executados pelo FNDE; gastos com pessoal; pagamento a agente público da ativa; a empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista; despesas de manutenção predial; cobertura de despesas com tarifas bancárias que não estejam previstas no acordo entre o FNDE e o Banco do Brasil; dispêndios com tributos federais, distritais, estaduais e municipais; combustíveis e materiais para manutenção de veículos e transportes para atividades administrativas; festividades, comemorações, coquetéis, recepções, prêmios ou presentes; e, edificações e ampliação de áreas construídas.

O pleno conhecimento sobre as diretrizes é de suma importância para reduzir a possibilidade de eventuais inadimplências e exclusão do Programa<sup>9</sup>, sobretudo nos últimos dois anos (em função do cenário pandêmico), os quais foram publicadas resoluções que afetaram a operacionalização do Programa, a exemplo da Resolução nº 10, de 07 de outubro de 2020<sup>10</sup>, que dispõe sobre a prorrogação dos prazos para o envio das prestações de contas de programas e ações educacionais executados ao FNDE

---

9 As ações de prevenção de falhas estão pautadas nos princípios de transparência e participação popular que devem orientar a gestão do programa, dentre elas, destacam-se: as UEx e ou EEx deverão disponibilizar às comunidades escolares e local toda e qualquer informação referente à aplicação dos seus recursos, para subsidiar o exercício do controle da coisa pública, no sentido de assegurar que as verbas sejam utilizadas em seus fins sociais. É essencial afixar em locais de fácil acesso e visibilidade, os demonstrativos da execução dos recursos, evidenciando os bens adquiridos ou os serviços contratados. Também deve garantir livre acesso de suas dependências aos representantes do FNDE, e de outros órgãos superiores, quando necessário, prestando-lhes esclarecimentos e fornecendo-lhes documentos requeridos. Existem prazos específicos para os procedimentos relacionados a adesão, execução e prestação de contas.

10 Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/13842-resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-10,-de-07-de-outubro-de-2020>

(incluso PDDE), assim como Resolução nº 5, de 20 de abril de 2021<sup>11</sup>, que dispõe sobre os critérios de destinação de recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do PDDE, às escolas públicas municipais, estaduais e distritais da educação básica, localizadas na zona rural (campo, indígenas e quilombolas), a fim de propiciar adequação e benfeitoria na infraestrutura física das unidades escolares beneficiadas.

Destarte, objetivando subsidiar os *policy-makers* do FNDE para o aperfeiçoamento na condução do Programa, evitando possíveis problemas de inadimplência e/ou exclusão no Programa, o presente relatório, à guisa de sugestão, e em linhas diretas, apresenta algumas recomendações gerenciais:

- Monitoramento contínuo sobre os relatórios de gestão dos órgãos de controle, para identificação e prevenção de possíveis falhas;
- Reforço na difusão do conhecimento sobre o Manual de prevenção de falhas na gestão do PDDE;
- Revisão do processo burocrático na operacionalização do Programa.

## 6. REFERÊNCIAS

MEDEIROS, Ana Cristina de Oliveira; *et al.* Evidenciação do controle social nas prestações de contas do Programa Dinheiro Direto na Escola no Município do Rio de Janeiro. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 11, n. 3, 2016. Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/ufrrj/article/view/2851/2321>  
Acesso em: 27 outubro. 2022.

PERONI, Vera Maria Vidal; ADRIÃO, Theresa. **Programa Dinheiro Direto na Escola: uma proposta de redefinição do papel do Estado na educação?** Brasília: INEP, 2007. ISBN 85-86260-42-8. Disponível em: <http://www.dataescolaprojetos.inep.gov.br/documents/186968/484184/Programa+dinheiro+direto+na+escola+uma+proposta+de+redefini%C3%A7%C3%A3o+do+papel+do+Estado+na+educa%C3%A7%C3%A3o/f39b25b6-d796-45b2-b7016ccc1bdf2296?version=1.2>. Acesso em 27 outubro 2022.

---

<sup>11</sup> Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/acesso-a-informacao/institucional/legislacao/item/14160-resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-5,-de-20-de-abril-de-2021>